

GESTÃO HABITACIONAL E CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO O CASO DA CIDADE DE CURITIBA (BRASIL)

Karla Regiane Bialecki
Mestranda em Gestão Urbana
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR

Resumo

As mudanças ocorridas na economia paranaense resultaram no grande fluxo de pessoas vindas da área rural para Curitiba, ocasionando uma ocupação de forma espontânea e irregular da cidade por grande parte do contingente que não pôde ser absorvido pela oferta de emprego, ampliando os grandes aglomerados do tipo favela. Neste artigo pretende-se discutir a relação dos planos urbanos e o espaço das habitações, na esfera da gestão habitacional em Curitiba, visando fornecer bases teóricas para uma gestão urbana mais consistente e uma equidade espacial que minimize os impactos ambientais existentes no segregado espaço urbano atual, contribuindo no processo de sustentabilidade.

Palavras-chave

Gestão urbana; Habitação; Sustentabilidade

Abstract

The occurred changes in the economy of Paraná state resulted in a big flux of people from the fields to Curitiba, and it caused a spontaneous and irregular occupation of the city. Many people of this contingent cannot get jobs and they contribute to the enlargement of the agglomerations like Favelas. The objective of this article is to discuss the relation between urban plans and the space of habitation, in the habitational management area in Curitiba, with the intent to provide theoretic bases to a urban management more consistent and a equity of space that minimize the environmental impacts, contributing in the sustainable process.

Keywords

Urban management; Habitation; Sustainability

GESTÃO HABITACIONAL E CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO O CASO DA CIDADE DE CURITIBA (BRASIL)

Karla Regiane Bialecki
Mestranda em Gestão Urbana
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR

Introdução

O início da industrialização foi o estopim para a modernidade, que encontrou seu habitat natural nas cidades, através de um processo cultural de revitalização das idéias e comportamentos. Esta mudança de paradigmas se concretizou tardiamente, mas de igual maneira na cultura ocidental, que “ao aprofundar o conhecimento de si e de suas realizações, percebe a cidade como seu símbolo mais eloqüente” (CHOAY, 1985, p. 68). É nela que encontramos a força de trabalho e os meios de produção em larga escala, elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista (SPOSITO, 1991, p. 64).

Especialmente no Brasil, a partir da década de 40, as cidades propunham muito mais do que mudanças comportamentais. Estas eram consideradas a oportunidade de superação para um país que apresentava um modelo de desenvolvimento precário, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida à sua população.¹

O interesse de desenvolvimento resultou em um crescimento progressivo na densidade populacional, solicitando um melhor suporte físico das cidades para os seus habitantes. O progresso industrial trouxe uma série de exigências para que o desenvolvimento do espaço urbano se tornasse viável na nova situação.

"Finalmente, a suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arredores, as classes média e operárias deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada" (CHOAY, 1998, p. 04).

¹ “Um gigantesco movimento migratório foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos. Em 1940, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000 essa proporção é de 82%, aproximadamente, o que permite classificar o Brasil com um dos países mais urbanizados do planeta sendo que perto de 30% dessa população vive em apenas 9 metrópoles” (MARICATO, E. *Dimensões da tragédia urbana*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 19 dez 2005).

Evidencia-se uma inversão na proporção da população do campo para o ambiente urbano.² Diante de uma urbanização em estágio avançado, na segunda metade do século XX se formaram no Brasil 12 regiões metropolitanas e 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas, que concentram 47% da população do país. Nas 12 áreas metropolitanas, residem 33,6% da população brasileira (52,7 milhões de habitantes), em extensos conglomerados que envolvem 200 municípios (GROSTEIN, 2005).

Conforme dados da Organização das Nações Unidas, estima-se entre 7,10 bilhões e 7,83 bilhões o número de habitantes no mundo em 2015, sendo que noventa e cinco por cento desse crescimento mundial ocorrerá em áreas urbanas, na sua maioria, desprivilegiadas financeiramente (SEQUINEL, 2002, p. 02). O desafio a ser superado é como comportar essa população com recursos escassos.

Observa-se um despreparo das cidades quanto à questão da migração rural, pois aquelas necessitavam de grandes investimentos em infra-estrutura para comportar os novos habitantes (ACSELRAD, 2001, p. 12). Dessa forma, tornou-se necessário pensar uma nova dinâmica de desenvolvimento, na qual se pudesse comportar organizadamente o fluxo populacional (SEQUINEL, 2002, p. 48), pois diante desse fato as estruturas urbanas se tornaram inadequadas e insuficientes (OBA; GASPERINI, 1998, p. 02).

A cidade industrial considerada essencialmente urbana produz seus próprios locais, mas fracassa no ordenamento dos mesmos. Os especialistas em urbanismo são questionados quanto às suas criações (CHOAY, 1998, p. 01).

Curitiba tem sido considerada cidade-modelo, tendo em sua história um planejamento exemplar que contribuiu para o seu desenvolvimento acelerado. Apesar dessa imagem de cidade-modelo alguns aspectos fundamentais do planejamento não foram tratados com a devida importância. Um deles é a questão da habitação, que deixado em segundo plano se configura atualmente num problema de escala muito maior do que a do ordenamento urbano, com graves conseqüências ambientais, comprometendo assim a sustentabilidade da cidade.

Neste artigo pretende-se discutir a relação dos planos urbanos e o espaço das habitações, na esfera da gestão habitacional em Curitiba, visando fornecer bases teóricas para uma gestão urbana mais consistente e uma equidade espacial que minimize os impactos ambientais existentes no segregado espaço urbano atual, contribuindo no processo de sustentabilidade.

² A população urbana de Curitiba que em 1970 era composta de 584.481 habitantes, atualmente registra um número de 1,6 milhões de habitantes. (IBGE, Censo 2000).

A questão habitacional no Brasil

Os primeiros centros industriais no Brasil, datados do final do século XIX e início do século XX, recebem a migração proveniente do campo, com a abolição da escravatura e a crise na lavoura cafeeira, e também imigrantes europeus bastante valorizados devido à disciplina da indústria, gerando uma maior contribuição no desenvolvimento do país (MARQUES GOMES, 2006).

O processo de industrialização pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, compreendido entre as décadas de 30 e 50, é onde ocorre a consolidação do capitalismo industrial, e o conseqüente deslocamento da economia para as cidades, atraindo consigo grande fluxo de migração proveniente da área rural, principalmente das regiões menos desenvolvidas. Esse fluxo migratório reflete a vontade dos trabalhadores rurais por uma inserção no novo mercado de trabalho, que para os quais fervilhavam de oportunidades. Intensifica-se então a procura por moradia, requisito essencial para seu estabelecimento e condição urbana. O outro momento, compreendido nesse mesmo período, mas especialmente a partir da década de 40, reflete um crescimento populacional urbano muito acelerado, ocasionado pela migração rural, onde há uma defasagem entre as áreas disponíveis para habitação (casas e infra-estruturas urbanas) e sua crescente demanda, abrangendo principalmente as classes populares. Este desequilíbrio obriga esta população a se instalar em áreas inapropriadas, dando início ao processo de favelização (ALVES DA SILVA, 1987, p. 29).

Os problemas urbanos foram agravados com a rápida urbanização, levando a um crescimento desordenado e concentrado, da falta de planejamento, ou inadequação deste, da infra-estrutura deficiente e padrões de gestão ultrapassados (SEQUINEL, 2002, p. 03). O Estado se manteve incapaz de intervir na formulação de políticas públicas fortes e eficazes na área social, por ter dirigido seus interesses no lucro, circulação do capital e concentração da riqueza produzida, em uma escala jamais vista (VOGT, 2005). Os efeitos dessa concentração acelerada e desorganizada são "especulação de terras, favelas, extrema pobreza e altas taxas de crimes e delinqüência" (ACSELRAD, 2001, p.12).

A preocupação com a habitação no Brasil surgiu a partir de 1930, com os ideais provenientes do movimento fascista e socialista e da concepção keynesiana, que favoreceram a intervenção sob os aspectos sociais, inclusive este (BONDUKI, 1998, p. 81). Esta preocupação

se acentuou a partir de 1940, com a crise nacional da habitação (BONDUKI, 1998, p. 247), coincidindo com o início do processo de planejamento urbano da cidade de Curitiba.

A partir dos anos 40 a provisão de moradias nas grandes cidades brasileiras se efetivou de três formas: a produção popular (autoconstrução em áreas periféricas), a produção estatal (direta e indireta) e a produção empresarial (incorporação imobiliária).

Entre a década de 40 e 80 aumenta o número de domicílios próprios, reduzindo o número de pessoas que moram sob forma de aluguel; porém o quadro que parecia favorável indica o início de uma segregação espacial nas camadas populares, criando extensas e precárias periferias.

Na década de 80, com a crise deste padrão, ocorre a expansão das favelas nas áreas periféricas, e de aglomerados de habitações precárias e provisórias nas áreas centrais.³

A industrialização está intimamente ligada à crise da moradia, pois com a quebra do padrão de manufatura rural para uma consolidação do capitalismo e com a transformação das estruturas urbanas conseqüentes da desorganização das formas tradicionais da economia agrária, desencadeia-se um fluxo populacional do campo para as cidades, onde se concentram massivamente a produção e oferta de emprego para responder os padrões do capitalismo concorrencial. Esta migração ocorre de forma tão acelerada que ultrapassa a capacidade de intervenção do Estado na área social, como o provimento de infra-estrutura e habitação à demanda populacional crescente (ALVES DA SILVA, 1987, p. 16).

A cidade de Curitiba: crescimento populacional

A cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, possui *status* de um planejamento urbano exemplar. Com uma área equivalente a 432,17km², sua população ultrapassa 1,5 milhão de habitantes e com sua região metropolitana totaliza 2,7 milhões de habitantes (IBGE, 2000). Apresenta uma infra-estrutura altamente desenvolvida, principalmente no aspecto do transporte urbano, além da maior área verde por habitante no Brasil. Por seus indicadores sociais avançados é considerada por organismos internacionais como a Capital Social do Brasil (SEQUINEL, 2002, p. 47).

Apesar do crescimento gradativo após a estagnação da Primeira Guerra Mundial, "no entanto, nada na cidade a registrava como a Capital de um dos mais ricos Estados do País. Era necessário harmonizar os aspectos geográficos do terreno onde estava acomodada a uma

³ "Entre 1940 e 1980, com efeito, os domicílios próprios nas grandes cidades do país passam de 30% para 57% e as moradias de aluguel caem de 64% para apenas 34%". (AZEVEDO, S. **A crise da moradia nas grandes**

evolução ordenada, a um crescimento dirigido" (IPPUC, 1985, p. 03). Nesse período apenas 3% da população vive em zonas rurais e 5% fora do distrito sede (IPPUC, 1965, p. 05).

Com o início da industrialização, em torno da década de 30, Curitiba recebe um grande fluxo que vai alavancar seu desenvolvimento e resultar em um crescimento acelerado na década de 50 (IPPUC, 1965, p. 17). Após a Segunda Guerra Mundial a trama urbana se altera, devido ao cenário da nova fase industrial, que se compõe de grande fluxo migratório em direção às capitais, gerando maior complexidade nas relações sociais e econômicas (IPPUC, 1965, p. 81).

É muito importante salientar que esta forte urbanização de Curitiba, como de resto em todo o Brasil, não se fez nos moldes clássicos, em que a maior atração das cidades é o emprego oferecido pelas indústrias de transformação. Isto é facilmente demonstrado pelo fato de que entre 1950 e 1965, o emprego na indústria de transformação cresceu apenas 4% ao ano. Acontece então que as populações rurais que não encontram ocupação em campos, acorrem para a cidade em busca de condições de assistência pública, principalmente médica, e de empregos, que só são oferecidos pelo comércio, principalmente o exportador, pelo Governo e pelos serviços em geral (IPPUC, 1965, p. 03).

O início do processo de planejamento de Curitiba coincide com esse crescimento populacional explosivo, que interfere na morfologia urbana, com a intensificação do uso do solo (ACSELRAD, 2001, p. 209), cuja ocupação se restringia ao núcleo urbano, onde se localizavam os pequenos comerciantes.

Até a década de 60, o crescimento da cidade ocorreu com acréscimo populacional em torno do centro urbano. Nas duas décadas seguintes apresentou uma taxa de crescimento menor que sua região metropolitana. As maiores taxas de crescimento são registradas em bairros mais afastados do centro, como São Miguel, Campo de Santana ou Ganchinho, onde até então a taxa habitacional era muito baixa. Aumenta-se a ocupação das porções sul e noroeste do município, enquanto os bairros mais centrais perdem população devido à alta concentração de comércio e serviços (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 137).

Curitiba deixa de ser a cidade tradicional que por muito tempo ostentou a glória de ser uma comunidade muito bem organizada em termos sociológicos e sofre a metamorfose para metrópole. Uma transformação irreversível, inerente ao processo de evolução dos tempos modernos, que ao lado de aspectos positivos, traz também o ônus da deterioração social, especialmente nas áreas periféricas, com grandes reflexos no equilíbrio do seu processo de urbanização (KORNIN, 2000, p. 13).

cidadaes: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 33)

Planos Urbanos de Curitiba: “Agache”

A crise de 1929 e o movimento fascista disseminaram ideais socialistas de desenvolvimento urbano. Cidades ideais eram traçadas como modelos, que deveriam ter hospitais modernos, uma casa para cada um, a terra para os camponeses, escolaridade obrigatória, os serviços e leis sanitárias (IPPUC, 1991, p. 148).

O movimento moderno prega a igualdade social através do desenvolvimento urbano, onde a cidade adquire caráter funcional, como uma máquina, capaz de ordenar o caos urbano, disciplinar e normalizar crescimento das mesmas, promovendo nestas grandes reformas sociais. Porém, há uma ampla necessidade de criar atrativos capazes de valorizar a cidade em termos imobiliários do que pelas antigas razões existenciais e filosóficas, caracterizando uma forte renovação de caráter competitivo (OBA; GASPERINI, 1998, p. 01).

Em Curitiba, o início do planejamento foi fortemente influenciado pelo modernismo progressista, movimento no qual surgem as primeiras preocupações com a higiene e saúde, em busca de verde e sol, culminando na elaboração da Carta de Atenas em 1933, onde se traça o espaço urbano conforme as funções humanas e se instala, através de uma classificação rigorosa, em locais específicos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer (CHOAY, 1998, p. 09).

Os urbanistas progressistas tratam a cidade com interesse técnico e estético, buscando prioritariamente a eficácia (CHOAY, 1998, p. 21). A cidade é racionalizada desenhando a malha urbana de modo cartesiano e enquadrando nesta os edifícios, praças e ruas. Abrem-se as avenidas largas e espaços comunitários oferecendo vazão ao transporte, mas destruindo os antigos tecidos urbanos e a noção de vizinhança (OBA; GASPERINI, 1998, p. 02). Em um primeiro momento, logo no início do processo de industrialização, ocorre uma racionalização das vias de comunicação, onde são desenhadas as artérias que cortarão as cidades e as estações de ligação. Definida a malha urbana, são estabelecidos os espaços através da separação das atividades por setores e inseridos nestes órgãos que mudam o aspecto da cidade (CHOAY, 1998, p. 04).

Faz-se necessária uma transformação do aspecto da cidade colonial, inserindo-a nos padrões modernos dos grandes centros europeus, criando assim possibilidade de investimento do capital estrangeiro. Surge então em Curitiba as primeiras preocupações a esse respeito, fazendo do planejamento urbano um instrumento capaz de conferir uma fisionomia própria da Capital (IPPUC, 1985, p. 03).

Desde a década de 40, onde teve seu início, o processo de planejamento ocorreu de forma contínua, sendo o Plano Diretor de Urbanismo “Plano Agache” o primeiro plano implantado na cidade, quando esta possuía somente 128.000 habitantes. Datando do ano de 1943, este plano teve o intuito de disciplinar a ocupação do solo, estabelecer diretrizes e normas técnicas de ordenamento físico, urbano e espacial da cidade, ordenar o tráfego e organizar as funções urbanas zoneando as atividades (SEQUINEL, 2002, p. 48).

Previa um crescimento da cidade em forma radial (ACSELRAD, 2001, p. 209), dividindo-a em vários núcleos concêntricos (radial concêntrica).

Apresentava uma preocupação com a qualidade de vida da população, definindo medidas de saneamento, como a drenagem de banhados. Visava descongestionar o tráfego, através de uma reestruturação viária que definiu as principais avenidas existentes hoje (Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro e Marechal Floriano). Dividia a cidade em zonas específicas (áreas de residência, comércio, serviços e indústrias, centro cívico e politécnico). Neste período a cidade apresentava uma estrutura de bairros com construções de poucos pavimentos, estando situada a concentração dos maiores edifícios no centro histórico (Rua XV de Novembro).

Esse planejamento previsto para a cidade no início de seu crescimento não apresenta uma maior preocupação com o espaço das habitações, pois as zonas residenciais eram desenhadas em planta, mas não existia um ordenamento e uma real oportunidade de remanejamento de famílias que estavam situadas em locais menos privilegiados.

E a cidade em crescente desenvolvimento começava o seu desenho de forma errônea, preocupando-se com a racionalização e com uma estipulação muito bem marcada das funções da cidade, mas não com o aspecto social. O fator importantíssimo para um bom desenvolvimento do meio urbano, o homem, não foi levado em consideração, devendo este se ajustar ao meio do modo como podia.

O planejamento, que tem como principal intuito organizar o espaço urbano apresenta através desse ordenamento um descaso com os espaços das habitações.

Planos Urbanos de Curitiba: “Serete”

Outro modelo modernista com grande influência no planejamento de Curitiba foi o culturalista, que teve sua maior representação no plano “Serete”, o segundo plano urbanístico de Curitiba, que surge de uma necessidade de romper com a antiga forma de pensamento.

O modernismo culturalista estabelece outras funções e o conceito *cultural* sobre a noção material de cidade (CHOAY, 1998, p. 27). Questionam-se aspectos sociais, visto que "a forma da comunidade urbana estava determinada pelas necessidades sociais e pelos meios de que se dispunha para satisfazê-las" (CHOAY, 1998, p. 304).

Esse ideal culturalista começa a brotar na cidade através da implantação maciça de edifícios culturais e de lazer. São dessa época: o estabelecimento do Paiol para atividades culturais, construção do Centro de Criatividade, da Casa da Gravura, a reforma Casa Romário Martins. Criação da Fundação Cultural de Curitiba como órgão maior. Criação dos parques: Barreirinha, Bosque João Paulo II, Parque São Lourenço, Barigui, Iguaçú, Bacacheri e Passaúna (IPPUC, 1991, p. 96). O centro da cidade foi o grande atelier de Curitiba, que contava com o calçadão da Rua XV, onde se desenvolviam atividades artísticas. Esse artefato curitibano ainda contou com uma forte comunicação visual através de mobiliários urbanos e placas.

As ruas abandonadas pelo modelo anterior são agora retomadas como elementos fundamentais na cidade, como locais de encontro e passagem, além das praças e parques (CHOAY, 1998, p. 28). As construções são agora diferenciadas, dando grande ênfase aos prédios comunitários e culturais, moldando à cidade um caráter propriamente urbano, com o auxílio das inovações tecnológicas (CHOAY, 1998, p. 14).

"Tornava-se imprescindível adequar a cidade à sua expansão. Era necessário rever o Plano Agache que previa um desenvolvimento para Curitiba semelhante àquele ocorrido nas cidades européias" (IPPUC, 1985, p. 07).

Com o plano Agache se percebeu que a cidade apresentava uma aglomeração de ocupação ao longo de certos caminhos (IPPUC, 1965, p. 79) e que para um melhor aproveitamento das potencialidades era necessário canalizar esse crescimento de forma coerente (IPPUC, 1965, p. 131), evitando cercar a cidade por um sistema de avenidas radiais a um único centro, mas procurando expandir seu crescimento de forma linear ao longo de diretrizes já características (IPPUC, 1965, p. XIV). Essas diretrizes apontavam para um crescimento no sentido Sudoeste Nordeste, e limitada ao Sul e a Leste pela BR (IPPUC, 1965, p. 23), modelando a cidade de forma mais alongada e permanecendo assim o tempo necessário para uma adequada instalação da infraestrutura e equipamentos públicos (IPPUC, 1965, p. 79). Neste eixo se concentrava a população de imigrantes europeus, considerada na época a elite e o grande potencial de desenvolvimento da cidade. Desconsiderava, porém, os imigrantes nacionais que se encontravam dispersos por todo o

restante do território, justificando baixa densidade e conseqüentemente alto custo de investimento sem retorno.

Curitiba é típica cidade americana, denotando enorme taxa de crescimento anual. Como tal sua morfologia deve permitir uma livre expansão. Pomos, por isso, de lado os esquemas que "cercam" a cidade, fundamentando seu desenho em anéis perimetrais que seriam fatalmente ultrapassados com o tempo. Preferimos procurar uma linearidade de expansão, ao longo de certas diretrizes dominantes, espontâneas e fortemente marcadas. Chamamos estas diretrizes de linhas estruturais e as identificamos na já existente trama viária, conferindo-lhe, no entanto, em nossa proposta, uma escala, uma função, um uso e uma possibilidade de crescimento, adequadas à importante função que deverão ter (IPPUC, 1965, p. 145).

A cidade deveria funcionar nos moldes do modernismo, como uma máquina, de modo funcional e eficaz (IPPUC, 1991, p. 07), implantando vias estruturais e delineando a ocupação de alta densidade, pois a dispersão era considerada um aspecto negativo ao desenvolvimento devido ao alto custo de investimento. Disciplinava-se então a cidade, mas posteriormente veio se perceber que a real intenção era a de coibir as ocupações irregulares próximas ao centro, onde para tanto foi estipulado um valor imobiliário altíssimo.

Datam dessa época os primeiros processos de ocupações irregulares e favelas, principalmente às margens do Rio Belém, além de outras margens inundáveis. Inicia-se uma retificação do Rio Belém e uma ampla recuperação de fundos de vale e bacias hidrográficas (IPPUC, 1991, p. 89), porém quanto à questão social, são implantados projetos habitacionais arranjados de maneira monofuncional nas periferias, o que resolve o problema ambiental, mas cria uma imensa segregação espacial. Outras ocupações periféricas ocorridas de maneira espontânea também não foram evitadas, ao contrário disso, propôs-se um desenvolvimento polinuclear com a intenção de criar centros de convivência próximos a estas, evitando um deslocamento maior ao centro da cidade.

Passa-se a exigir então, para as áreas periféricas, uma aprovação preliminar com a imposição de áreas mínimas elevadas (IPPUC, 1965, p. XIV), para garantir um maior controle do território. Possibilita-se, na maioria das áreas residenciais, a construção de duas torres de quinze andares em cada quadra de 1ha a 1,5ha, objetivando maior adensamento e melhor paisagem (IPPUC, 1965, p. XV).

Devido à grande disponibilidade de loteamentos, eleva-se a oferta destes para a crescente demanda. Somente em 1964 o poder público municipal passou a aprovar previamente os projetos

de loteamentos, através de registro em cartório, e conseqüente venda dos mesmos (IPPUC, 1965, p. 81). O zoneamento do solo estipula uma primeira orientação de onde não seria conveniente a aprovação de novos loteamentos urbanos (IPPUC, 1965, p. 184).

Por se tratar de uma área também sujeita a inundações ocorrem desapropriações por parte dos moradores do bairro Centro Cívico, que se instalam no Bom Retiro por ser um bairro considerado central. Dessa forma se propiciou o crescimento da área norte, que se configurava como um sertão, pois todo o crescimento era direcionado para a área do Cerne, Caminho dos Tropeiros e para a Graciosa (IPPUC, 1991, p. 95).

"A fim de que a expansão de Curitiba não signifique o abafamento de seu centro principal por uma exagerada concentração de funções, procuramos criar centros secundários de atração" (IPPUC, 1965, p. 145). Neste plano também são demarcadas as zonas especiais, como o setor de abastecimento, cívico, militar, universitário, de estrutura viária e de recreação.

O plano diretor elaborado em 1966 que vigora até hoje, apesar de vários ajustes, cria uma barreira no contexto da periferização, pois ainda que sua eficácia seja reconhecida por vários fatores, este planejamento apresenta sinais de adensamento e complexidade dos espaços urbanos, trazendo grande comprometimento ambiental e ultrapassando a esfera urbana, sendo pólo de uma região metropolitana.

"A consolidação do processo de planejamento nos anos de 1970 foi favorecida por inúmeras condições de ordem política e institucional externas ao próprio município, ligando sua eficácia ao contexto político nacional da década" (ACSELRAD, 2001, p. 209).

Consagrada como o 'milagre brasileiro', Curitiba refletia a prática do planejamento tecnocrático do estado centralista e autoritário que implantou a ideologia da racionalidade, apresentando projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o país, sendo esta intervenção planejadora totalmente favorecida e agilizada pelo quadro político nacional (ACSELRAD, 2001, p. 209).

Planos Urbanos de Curitiba: PMDU

O movimento modernista concede espaço ao novo modelo pós-moderno a partir de 1950, onde oficialmente aquele se encerra (SANTOS, 1987, p. 01), surgindo um novo conceito de facilidade de produção e consumo com a mercantilização globalizada. Busca-se um efeito de cenário, destacando objetos urbanos da homogeneidade da paisagem urbana, como os *shoppings*

centers, onde o exibicionismo e a efemeridade são marcantes. Data desse período também a produção em massa de blocos residenciais (OBA; GASPERINI, 1998, p. 05).

O planejamento implantado até então não condizia com a realidade curitibana. Então, em 1985 surge o PMDU – Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – com o objetivo de reler a cidade adaptando o zoneamento proposto com o real adensamento urbano. Foram analisadas as ocupações de fundos de vale, os fluxos de circulação, a concentração das atividades econômicas ou sua dispersão; e se verificou um enorme conflito entre o planejamento e a ocupação (IPPUC, 1991, p. 207). Este estudo detectou que havia uma dinâmica muito maior em outros núcleos urbanos do que na própria linha estrutural.

Uma das medidas para conter a ocupação nos fundos de vale foi a criação de ciclovias em torno destes, como uma tentativa de evitar a poluição (IPPUC, 1991, p. 207). Posteriormente, em 1973, inicia-se um cadastro de áreas verdes que virariam praças de recreação locais, o que mais tarde originaria a Lei de Preservação de Áreas Verdes.

Na década de 80 surge uma preocupação maior com a implantação de equipamentos sociais e infra-estrutura em áreas com ocupações precárias (IPPUC, 1991, p. 243). O planejamento do modelo longitudinal proposto para atender o crescimento de Curitiba não privilegiou a população de baixa renda (IPPUC, 1991, p. 50). A preocupação com o espaço das habitações só foi realmente levantada quando as intervenções ao meio ambiente e noções de desenvolvimento sustentável se tornaram reflexo dessas ocupações irregulares. A pressão causada no ambiente de forma a comprometer certas práticas inevitáveis, como o abastecimento de água com qualidade, fez com que os olhos dos urbanistas se voltassem a um planejamento mais social, considerando aspectos antes ignorados.

A cidade atual

Percebe-se que com as mudanças ocorridas na economia paranaense, principalmente no setor agrícola que resultou no grande fluxo de pessoas vindas da área rural, ocasionaram uma ocupação de forma espontânea e irregular da cidade por grande parte do contingente que não pôde ser absorvido pela oferta de emprego, colaborando desta maneira para a ampliação dos grandes aglomerados do tipo favela existentes até hoje. Estes já existiam anteriormente à migração, devido à expulsão da população de baixa renda das consideradas “áreas nobres” da cidade, pela alta valorização imobiliária de seus terrenos e perda de poder aquisitivo (IPPUC, 1985, p. 32).

Muitas das políticas urbanas da década de 90 consideravam a cidade como fator de competitividade, pois através do conceito de “cidade global”, os centros urbanos devem concorrer entre si, atraindo ainda mais investimentos e turistas (NOVICK, 2006). Este fator de competitividade faz com que a cidade remeta suas preocupações mais com sua forma que com sua função, com os projetos pontuais que os planos gerais, buscando melhorar sua imagem criando novos ambientes mediante a revitalização de antigos espaços.

A imagem triunfa sobre o conteúdo, a forma sobre a função, resultando em uma cidade fragmentada e efêmera. A cidade se torna superficial ao criar uma imagem de espaços de consumo, lançando a cada momento um novo produto urbanístico minuciosamente planejado, tentando conquistar uma ampla adesão social, onde, nesta nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e a cidade com mercado (ROVIRA; SÁNCHEZ GARCÍA, 2005).

Lógicas espaciais

Segundo Milton Santos, os espaços comportam duas lógicas simultâneas: uma vertical e uma horizontal (GOMES, 2002, p. 139). A lógica vertical submete todas as cidades ao mesmo tipo de tratamento, como se estas fossem todas semelhantes em forma, conteúdo e planejamento. Nela as interferências na cidade ocorrem de cima para baixo, onde os interesses das elites privilegiadas pelo sistema capitalista transformam o restante da população em mercadorias e consumidores adaptáveis às transformações dirigidas do espaço urbano cuja função é responder às necessidades de consumo da classe média.

A lógica horizontal se opõe à anterior, pois interfere de baixo para cima, ou seja, são prioritárias as necessidades básicas e instrumentais da população.

Estas duas lógicas se relacionam na esfera do consumo e o descompasso se dá pela diferença na agilidade de abastecimento e acesso às necessidades criadas e estabelecidas, não comportando mais todos os segmentos sociais da lógica horizontal. Dessa forma os segmentos excluídos buscam se adaptar da maneira possível para garantir o suprimento de suas necessidades básicas, para continuarem ao menos como atores urbanos coadjuvantes do processo.

O mercado imobiliário

“A política pública cria o mercado, assim como o mercado modifica a política pública numa relação dialética” (AZEVEDO, 1996, p. 21). A questão habitacional segue a lógica do

capital e do lucro, onde a classe trabalhadora se localiza onde for conveniente para seguir os fluxos de interesses imobiliários (TAVARES, 2006). O objetivo da especulação imobiliária é potencializar a valorização do imóvel urbano (ALVES DA SILVA, 1987, p. 22). Um dos mecanismos conseqüentes da especulação é a estocagem de terras urbanas à espera da valorização, formando 'vazios' na malha urbana, impedindo a criação de moradias e atrasando a indústria da construção civil, além de elevar os custos finais da habitação pelo alto valor do terreno (ALVES DA SILVA, 1987, p. 23).

A renda da terra paga pelos que utilizam o espaço para fins de consumo não tem o mesmo caráter daquela paga pelos que visam lucro. A renda diferencial é paga pelas empresas, tendo em vista o superlucro que cada localização específica lhe proporciona (ALVES DA SILVA, 1987, p. 24).

O mercado imobiliário funciona como um mediador entre o valor de uso segundo a localização do terreno – produto social – e o preço pelo uso do espaço, visando acumulação de capital (FUCK JR., 2006). Dessa forma, as áreas menos atrativas ao mercado imobiliário são liberadas para urbanização e oficialização de loteamentos para a população de baixa renda.

Infra-estrutura: valorização da terra

A escassez de ofertas de terras urbanizadas resultando em preços elevados gera uma segregação social, produto da disputa pelo acesso aos espaços urbanos com condições de vida melhores, amplificando as desigualdades sociais (AZEVEDO, 1996, p. 116).

Este modelo privilegia as elites, não somente ao acesso à moradia, mas também à infraestrutura, equipamento e serviços. Os investimentos públicos, direcionados à classe com renda mais alta, criaram cidades desigualmente estruturadas, restando à população de baixa renda resolver o seu problema habitacional à sua própria maneira, gerando assentamentos em áreas periféricas de forma espontânea, proliferando as ocupações do tipo favela, loteamentos irregulares e ocupações de terrenos vazios. Portanto, o grande responsável pelo desequilíbrio urbano não seria a diferença entre oferta e demanda habitacional, mas sim o direcionamento dos investimentos criando privilégios restritos (AZEVEDO, 1996, p. 242).

Mostra-se então a face perversa da modernização, onde são fornecidas condições altamente favoráveis ao desenvolvimento de pequena parcela elitizada da população enquanto o restante dos habitantes se envolve num processo de alienação em favor daqueles (SANCHEZ GARCIA,

1997, p. 121). São beneficiados também neste processo os proprietários de terra e especuladores imobiliários.

A periferia não recebe investimentos nem do poder público, que direciona estes às elites, e nem dos empreendedores, que somente investem em áreas que representem alguma vantagem em termos de especulação e os proporcionem lucro. A cidade se submete cada vez mais aos empreendedores, quando na realidade deveria ocorrer o contrário, evitando a segregação de investimentos e uma melhor distribuição de recursos para toda a população (LUCATO, 2006).

Em Curitiba esse mecanismo de investimento dirigido começou a ser implantado logo no início de seu processo de planejamento, quando se verificou que a dispersão da população, causada por um loteamento anárquico, seria um aspecto negativo para a cidade, tendo essa justificativa como resposta a uma falta de investimentos em serviços de água, esgoto e pavimentação. Bairros como Boqueirão e Vila Hauer, situados em terrenos alagadiços, ocupados em sua maioria pela população excluída do direito à cidade, acarretariam dificuldades nas obras de drenagem e um custo maior nas construções (IPPUC, 1965, XIII). Este descaso extrapola a esfera do planejamento, visto que 70% das doenças são de veiculação hídrica.

Até mesmo os conjuntos habitacionais localizados nas periferias não contam com os serviços públicos essenciais adequados, ou os possuem de forma precária.

Em contrapartida ocorre a valorização de terrenos situados nas áreas centrais, através de altos investimentos em equipamentos sociais e reserva de áreas urbanas para especulação imobiliária, conduzindo a população pobre cada vez mais em direção à periferia da cidade (TONELLA, 2006).

O fator locacional na divisão econômica e social do espaço urbano, ou seja, os níveis de acessibilidade às vias de comunicação e aos bens e serviços diversos, condiciona a disponibilidade e o preço da terra urbana destinada à produção de moradias, dado que o valor de uma residência é, em parte, fixado pelas condições do ambiente construído que a rodeia (ALVES DA SILVA, 1987, p. 22).

Estas externalidades são incorporadas ao imóvel, através do mecanismo de especulação imobiliária, como benefícios decorrentes da reestruturação urbana, infraestrutura, sistema viário e de transporte coletivo, equipamentos sociais e serviços públicos; bem como de investimentos privados, como a construção de edificações modernas residenciais e comerciais nas proximidades (ALVES DA SILVA, 1987, p. 23).

Ao longo das vias estruturais se objetivou induzir o crescimento da cidade, dotando estas de ampla rede de infra-estrutura, serviços e uma legislação de uso do solo que inibisse a ocupação e permitisse a criação de áreas nobres permeadas por grandes vazios (ACSELRAD, 2001, p. 212). Assim, são criadas as “ilhas elitizadas”, com altos padrões de qualidade de vida, distanciando-se cada vez mais das áreas periféricas, consideradas como “cinturão dos não-cidadãos”, ou seja, dos excluídos dos benefícios implantados na Cidade-Modelo (ACSELRAD, 2001, p. 228).

A cidade se torna um espaço dual, onde uma parte desta conta com a valorização do solo pela própria ação pública, promovendo a instalação de um padrão residencial de classes médias e altas; enquanto, neste mesmo território, o restante das áreas sofre a desvalorização, sendo desprivilegiadas do mercado imobiliário (FUCK JR., 2006).

Diante deste fato, levanta-se a Teoria Projeto do Capital. Trata-se de uma teoria econômica da cidade liberal, onde se manifesta uma periferização da população menos favorecida através da valorização imobiliária das áreas centrais urbanas, o que garantiria o desenvolvimento controlado e estratégico das áreas nobres da cidade (IPPUC, 1991, p. 19).

Esta teoria avalia as estratégias de investimentos, quando analisa se os esforços empregados serão compensados de alguma forma pelo mercado.

Entende-se capital todo conjunto de riquezas que permite o fluxo de serviços, sejam máquinas, terras, matérias primas, recursos naturais ou as qualidades humanas (SAUL, 2004, p. 231).

Esse processo diferencia os tipos de relação de produção organizando economicamente as sociedades. Portanto, seguindo a lógica capitalista de relação entre capital e trabalho, de um lado se encontra a classe capitalista – detentora dos meios de produção – e de outro a classe trabalhadora assalariada – excluída da propriedade e dos meios de produção (ALVES DA SILVA, 1987, p. 13). O marxismo considera que a distribuição e o consumo de recursos disponíveis estão totalmente subordinados à lógica do capital e do lucro privado (ALVES DA SILVA, 1987, p. 14).

Espaço – Capital – Consumo

Sob esse modo de produção [o capitalismo], o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos das determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital (FUCK JR., 2006).

Transpõe o conceito de assentamento urbano e agrega valor ao solo sob a forma de capital fixo. Para este modelo não existe espaço exterior à lógica do capital. O valor dos terrenos constitui parte do processo sócio-espacial, pois é através do acesso a estes que se torna concreta a possibilidade de construção de moradias e acesso à infra-estrutura e serviços necessários (FUCK JR., 2006).

A grande cidade capitalista se torna um lugar de privilégios, pois cria funções, formas espaciais e atividades que resultam na própria distribuição espacial urbana (FUCK JR., 2006). São concretizados no espaço da cidade os processos de trabalho, criando uma relação entre a questão habitacional e a industrialização nascente. As formas de urbanização correspondem a uma divisão social e territorial do trabalho, já que aquelas correspondem às relações de produção, explicitando as contradições existentes devido à apropriação privada de bens que foram produzidos socialmente (MARQUES GOMES, 2006).

A sociologia urbana apresenta uma ausência de neutralidade, pois representa os interesses de um movimento moderno baseado no capitalismo, promovendo interesses elitizados (NOVICK, 2006). Esses interesses são renovados continuamente, criando novas necessidades que justifiquem sua permanência no processo vivenciado, antecipando-se às modas para legitimação de suas condições, restando à população menos favorecida saciar suas necessidades básicas, quando possível, para exercer sua cidadania (GOMES, 2002, p. 136).

O planejamento de Curitiba representa os anseios das classes dominantes relativos ao uso e ocupação do solo urbano, bem como ao seu modo de vida (SANCHEZ GARCIA, 1997, 106). Os mapas, que anteriormente refletiam os espaços e a forma da cidade, na atualidade exigem que estes espaços se conformem de acordo com os esboços existentes nas cartas e nos planos, devendo se acomodar no desenho destes mapas de forma idêntica (GOMES, 2002, p. 137).

Baseadas no modelo capitalista são executadas políticas públicas excludentes a partir de interesses privados, que privilegiam apenas uma pequena parcela da sociedade na cidade, revelando o modelo incompleto e segregador tradicional do planejamento urbano no Brasil. Estas políticas se baseiam em critérios funcionais, que possibilitam o fluxo e circulação de produção – interesse da lógica do capital e lucro –, e atendem ao modelo de modernização elitista que anseia o embelezamento da cidade para satisfazer suas necessidades (ARAÚJO, 2005).

A política habitacional brasileira em geral deixou seus objetivos sociais para funcionar como mecanismo de controle político e manipular as classes menos favorecidas economicamente, além de se basear na lógica do retorno do investimento através do lucro, típica

do modelo capitalista de acumulação, privilegiando investimentos de capitais privados e interesses das classes de alta renda (ALVES DA SILVA, 1987, p. 87). Com a necessidade do consumo coletivo, a questão urbana se transformou em questão política (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 137).

Todas as grandes cidades brasileiras que atingiram um crescimento acelerado entre as décadas de 1950 e 1990 apresentaram características semelhantes quanto ao processo de planejamento, pois ao invés de implantar projetos articulados que visassem a expansão da cidade em sua totalidade, prevaleceu o padrão periférico, disseminando o padrão de loteamento ilegal, a casa autoconstruída e os distantes conjuntos habitacionais populares (GROSTEIN, 2005).

Desta forma

produziu-se o mesmo modelo de espaço urbano segregado e diferenciado, isto é, a moderna produção de espaços residenciais para as classes médias no centro e, conseqüentemente, a expulsão das camadas populares para a periferia (AZEVEDO, 1996, p. 42).

O planejamento do modelo longitudinal proposto para atender o crescimento de Curitiba não privilegiou a população de baixa renda (IPPUC, 1985, p. 59). Esperava-se que o social se conformasse dentro da nova representação urbana imposta (OBA; GASPERINI, 1998, p. 03).

A primeira área e seu entorno são abastecidos com infra-estrutura e recursos naturais, proporcionando uma adequada qualidade de vida, enquanto a última se encontra totalmente carente desses serviços (MARQUES GOMES, 2006), que são ofertados à população somente quando se torna extremamente necessário para dar continuidade à reprodução da força-de-trabalho, uma exigência do capital (FUCK JR., 2006).

Até mesmo os estabelecimentos comerciais e de serviços apresentam diferença quanto à sua concentração e escala dependendo de sua situação espacial. Nos bairros de classe média e alta são mais abundantes as agências bancárias, *shopping centers*, clínicas particulares e até mesmo instituições e equipamentos públicos, sendo que nos bairros de camadas mais baixas se encontram os pequenos comércios e as lojas em rede (farmácias, padarias, etc.) (FUCK JR., 2006).

O urbano é marcado ao mesmo tempo por espaços de privilégio e exclusão, de especulação e inovação (ACSELRAD, 2001, p. 07). A cidade não serve apenas de cenário onde se desenvolvem as relações sociais, mas estabelece relações de dominação econômica e ideológica (TAVARES, 2006).

Foram precisamente distintas as áreas a serem ocupadas pela elite e pelos trabalhadores. A justificativa para tal conceito era o princípio de produzir loteamentos adequados às necessidades específicas de cada classe, mas na realidade os loteamentos deixavam clara a estratificação do território (LUCATO, 2006).

Os espaços reservados à população de alta renda contavam com uma legislação que, garantia a satisfação de suas necessidades e criava locais de qualidade e beleza, valorizando ainda mais seus imóveis (LUCATO, 2006). Para a população de baixa renda sobraram os espaços periféricos que poderiam satisfazer, quando possível, as necessidades essenciais. Por meio da conivência com os interesses das elites, o governo praticamente legitimou a segregação urbana, pois não combateu a criação dos espaços ilegais e muitas vezes ainda estimulou este tipo de ocupação. Para seu estabelecimento na cidade a população de camadas baixas utilizou o sistema de loteamento periférico e autoconstrução. Este tipo de ocupação aparece como a forma mais viável para o capital atender a classe trabalhadora a baixos custos (MARQUES GOMES, 2006).

Por meio do planejamento se começa a decidir o direcionamento da ocupação e disciplinar o desenvolvimento urbano (IPPUC, 1991, p. 19).

O baixo preço de lotes nas áreas periféricas fez com que a população fosse direcionada a se instalar nessas regiões, apesar de se tratar de áreas inundáveis e inadequadas para urbanização, principalmente na porção sul da cidade. Nas duas últimas décadas se registrou também o avanço dessa ocupação para fora da cidade, prolongando parcialmente a malha urbana, dando início ao processo de periferização metropolitana, em busca de áreas a baixo custo, próximas a terminais de transporte coletivo que se conectem à capital, principalmente no final dos corredores de transportes estruturais, como a Avenida Marechal Floriano Peixoto (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 138).

Centro x Periferia

A distribuição desequilibrada de renda favorece o aparecimento de fatos paradoxos que confirmam a desigualdade social.

No período de crescimento acelerado das cidades, a grande concentração de renda foi responsável pela grande área de expansão da pobreza, ao mesmo tempo em que crescia setores médios com níveis de consumo análogos aos de Primeiro Mundo (AZEVEDO, 1996, p. 74).

O mesmo ocorre na cidade de Curitiba, onde a qualidade de seus serviços situada entre os mais bem servidos evidencia uma enorme desigualdade social.

Os domicílios da área central apresentam boa qualidade de construção, tendo boa cobertura de serviços, com características satisfatórias de renda e instrução dos moradores. Contudo os bairros periféricos, assim como alguns trechos da área central, apontam assistências insuficientes de serviços e condições de moradia, similares aos encontrados nas áreas mais carentes de sua região metropolitana, conhecida pela estagnação e descaso (ACSELRAD, 2001, p. 207).

Analisando Curitiba através da qualidade de seus serviços e de seu atendimento se verifica que a cidade “sempre ignora seu entorno, abstraindo problemas estruturais da população de baixa renda, similares aos de tantas outras cidades” (ACSELRAD, 2001, p. 207).

Mesmo com numerosos serviços de lazer, transporte público, boa qualidade de moradia, calçadas e amplos parques, a periferia e as classes mais baixas não eram assistidas e cresciam a medida que a migração era evolutiva e numerosa (IPPUC, 1985, p. 62).

Durante a década de 60 e 70, as condições das moradias não eram tão melhores do que apresentam e se constituem atualmente, porém a população carente tinha condição de construir e se estabelecer em moradias simples, muitas vezes construídas com ajuda de amigos e parentes e iam melhorando ao longo dos anos - por estarem empregados - com investimentos dos benefícios das leis trabalhistas, como décimo terceiro, salário e férias (MARICATO, 2005).

Não apenas o Brasil, mas em todos os países subdesenvolvidos, as cidades vão se constituindo em uma desigualdade e exclusão que concentra serviços e renda em determinados lugares, garantindo a esta população uma qualidade de vida de Primeiro Mundo, enquanto em torno desta minoria, alastram-se a pobreza e a indiferença. O mesmo acontece entre cidades. Há cidades centrais, com concentração do capital, e outras, que ficam ocultas, ignoradas pelo Estado (KANASHIRO, 2005).

Na América do Sul se tem assistido a processos paradoxais. Ao mesmo tempo em que a economia se apresenta fragilizada, não possibilitando a implantação de recursos básicos para o bem-estar da sociedade em todos os segmentos - exibindo cada vez mais a vulnerabilidade de significativos segmentos sociais, que acabam sendo empurrados para as periferias urbanas das grandes metrópoles - incorporam alta tecnologia, com a complexidade do setor eletrônico abrangendo desde a produção de bens de capital de elevada precisão à microeletrônica, eletrônica de consumo, informatização e automação de serviços (CARVALHO, 2006).

O plano diretor é desenvolvido para organizar o uso e ocupação do solo. Porém, ocorre a aplicação arbitrária da lei, onde as diretrizes impostas pelo plano se aplicam a “cidade oficial”.

Nas periferias ou na “cidade ilegal”, onde o ritmo de construção é acelerado, numeroso e carece de apoio e organização para que este não traga os efeitos desagradáveis à própria cidade, as invasões e o desrespeito às leis são tolerados.

A cidade “ilegal” que cresce nas periferias, saindo cada vez mais do controle de qualquer solução pontual, as ocupações irregulares, a falta de saneamento básico, a má gestão dos resíduos, o desmatamento e a poluição geram um processo acumulativo de carências sociais e degradação ambiental (SILVA, 2005).

A ausência de políticas públicas mais compatíveis com o processo de crescimento populacional resultou no aparecimento e expansão da chamada “cidade ilegal”, que foi ocupando os espaços vazios da cidade, junto aos córregos, nas periferias e nos mananciais (SILVA, 2005).

Muitos governos do Terceiro Mundo planejam e constroem sobre uma cidade que só existe na mente de tecnocratas e burocratas, longe da realidade da população miserável que necessita primeiramente viver com dignidade, com infra-estrutura básica e condições humanas de vida. A falta de conhecimento ou de reconhecimento da população da cidade onde governam, acarreta em soluções ineficazes e muitas vezes onerosas (NOVICK, 2006).

No fundo desta ideologia fora da realidade, cresce e degrada cada vez mais o meio que abriga a idéia de uma “cidade real” alheia ao ideal planejado.

Este setor ilegal se estende mais rapidamente que o setor legal. Ilegal, porque é fruto de invasão de terrenos particulares, as construções estão em locais de fragilidade do meio ambiente, não consideram as diretrizes e leis de uso e ocupação, trabalham à margem das organizações operárias convencionais, abastecem-se de águas que provém de fontes não autorizadas e despejam resíduos em áreas impróprias (NOVICK, 2006).

A exclusão, a marginalização e a carência hoje não se mantêm em formato de ilha, mas de arquipélago, onde passou de uma questão de cidade, e engloba a região metropolitana, aumentando o oceano dos excluídos e avançando a desigualdade para outras regiões (NOVICK, 2006).

Não admitir a segregação, assim como não querer enxergar ou encarar a desigualdade de classes, bairros ou cidades, a fim de reverter este quadro, por um determinado tempo é possível e até cômodo. Porém esta situação de certa forma se volta contra as classes mais altas, pelo excesso de mazela e pelas condições a que essa população é submetida. A população de baixa renda tem que sobreviver da maneira que for possível e este é o instante em que aumentam a criminalidade,

a violência, atingindo também as classes mais altas. O aumento da pobreza, somado ao aumento do descaso político para com os menos favorecidos direciona a cidade para a beira do caos, tanto urbano quanto social. O índice de satisfação dos turistas tem reduzido a cada época de maior demanda de turismo, e a violência e a sujeira das ruas e locais públicos são fatores para grande parte destes turistas não planejarem voltar para a cidade.

Nessa situação, quem perde não é somente a cidade, mas todo o país. Um problema local reduz a demanda de turistas de todo o país, por uma conseqüente visão generalizada por parte dos turistas que vieram e dos que conhecem a situação.

Para a elite, negligenciar as áreas periféricas, não querer enxergar a sua realidade e querer evitar que a carência social das classes pobres a atinja, isolando-se da cidade em condomínios fechados com estrutura de Primeiro Mundo, é alimentar a fantasia de que tudo é bom e funciona. Cria-se uma independência da cidade, gerando uma nova realidade distante do que acontece fora dos quintais e que é problema de todos (LUCATO, 2006).

Já para o governo, negligenciar a periferia é muito conveniente, assim como saber que a elite, que é a classe que tem força e opinião, também não se importa. Já os pobres, sem participação, são excluídos e uma vez ignorados é como se não existissem. E não existindo, o governo se porta como isento de quaisquer compromissos com a provisão de infra-estrutura e qualidade de vida para essa população. As eventuais melhorias e investimentos para a periferia mais parecem um favor, filantropia do governo (LUCATO, 2006).

A significativa concentração de pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão em espaço dual, que serve para o reconhecimento da cidade 'formal' e a 'informal' (GROSTEIN, 2005).

É uma espécie de subordinação e submissão, de um que se impõe por ser mais forte, ter opinião política decisiva, ter renda e concentrá-la; e outro, que se torna submisso a essa ordem, por falta de informação e força política que os represente. Características de relação próxima ao feudalismo, nesse caso, a linha fronteira não passa entre cidade e campo, mas sim no interior do fenômeno urbano, entre a periferia dominada e o centro dominador (LEFEBVRE, 1999, p. 107).

A cidade segregada

A cidade de Curitiba, além de ser considerada como cidade-modelo de infra-estrutura, é também conhecida como a capital de melhor qualidade de vida dentre as capitais brasileiras. É

apontada ao lado de Roma e San Francisco, como uma das três melhores cidades para se viver, por urbanistas da Organização das Nações Unidas (ONU) (SANCHEZ GARCIA, 1997, p. 55).

Apesar desta imagem da cidade de Curitiba, que é percebida positivamente, é possível constatar que em sua região metropolitana 8,53% da população mora em favelas (GROSTEIN, 2005).

A situação da região metropolitana de Curitiba, com alto índice de pobreza e desemprego, leva a concluir que o modelo de planejamento e gestão urbana de Curitiba é um modelo inacabado, realizado e consolidado a partir das desigualdades sócio-espaciais da própria cidade e de sua região metropolitana, o que confirma a funcionalidade do papel desempenhado pelos municípios vizinhos na absorção de mazelas sociais e ambientais da região (ACSELRAD, 2001, p. 207).

A cidade de Curitiba vive hoje uma realidade urbanística diferente do planejado em tempos atrás, pois

o plano de 1965 está superado, não somente pela transformação da cidade, mas por sua paulatina transfiguração ao longo do tempo. Resultou anacrônico, uma espécie de colcha de retalhos de efeitos perversos, como denotam os paredões das vias estruturais, concretudes irreversíveis para a qualidade visual e ambiental da cidade (KORNIN, 2000, p. 47).

Assim como em outras cidades, Curitiba se apresenta com uma diversidade de realidades socialmente desiguais que gera efeitos alarmantes quanto à desumanização da cidade (KORNIN, 2000, p. 47).

Em comparação com as demais capitais brasileiras, Curitiba é uma cidade com equipamento urbano consideravelmente desenvolvido, com um sistema viário planejado e executado com sucesso e um conjunto de obras de infra-estrutura realizado. Porém a realidade que cresce a cada dia é uma cidade de grande desigualdade, assim como as demais, abrigando desempregados e subempregados. Aqui e ali surgiam milhares de famílias em disputa por um pedaço de solo urbano para construir seu casebre (IPPUC, 1985, p. 62).

A degradação das cidades se tornou algo comum e parte do cotidiano. A precariedade de vida nas metrópoles é justificada como algo a se conviver (GOMES, 2002, p. 139).

De tempos em tempos o esgotamento dá lugar aos excessos e a perdas progressivas. Muitas vezes, os espaços urbanos se tornam campo de uma incessante e divergente guerra espacial. Por um lado, a procura de lugares fora da área central em busca de isolamento para implantação de

condomínios em um espaço amplo e bucólico; de outro, habitantes desprezados e despojados do poder das áreas usurpadas que pressionados respondem com agressões próprias (GOMES, 2002, p. 139).

A segregação espacial reflete a divisão da renda e se traduz, notadamente, pelo acesso desigual às infra-estruturas e ao solo passível de construção. Por esta exclusão do mercado imobiliário regular e na inexistência de uma promoção pública adaptada a essa população, não se encontra outra solução de resolver a situação de moradia de forma ilegal (TAVARES, 2006).

A proliferação de favelas e cortiços aparece como solução para a população pobre e miserável fugir, segundo a lógica imobiliária que os excluem. Assim, as relações sociais se degradam na mesma medida do ambiente a que são submetidas. Crescem juntamente a pobreza e violência. Mesmo não podendo se comprovar tal relação, mas pelas experiências anteriores, não se pode deixar de constatar o favorecimento do aumento em conjunto da violência e miséria (TAVARES, 2006).

A produção do espaço urbano atual possui características nitidamente segregadoras, visto que a distribuição da população no espaço urbano explicita a condição social dos habitantes da cidade. O nível do espaço no qual os grupos estão inseridos espelha a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. Visto e entendido desta maneira, “o problema habitacional” não pode ser analisado a parte de outros processos sócio-econômicos e políticos mais amplos, não sendo absurdo adensar a este problema um conjunto de contradições específicas (TAVARES, 2006).

Dentro de um mesmo espaço, seja cidade, região ou nação, há o crescimento de duas realidades em direção opostas. Ao mesmo tempo em que o crescimento urbano foi gerado pelo acesso a grandes investimentos se multiplicou a pobreza e miséria (CARVALHO, 2006).

“A exclusão social revela de forma conclusiva as diversas formas e modos pelos quais a exclusão se dá, o que supera a concepção que a fazia confundir com a pobreza absoluta” (CARVALHO, 2006).

Essa visão distorcida revela a impossibilidade de se apreender a exclusão social se não se buscar os novos nexos que podem ser estabelecidos entre as novas formas de sociabilidade que atravessam as fronteiras entre a segregação espacial e a social (CARVALHO, 2006).

Durante os últimos trinta anos, a sociedade brasileira vem se transformando, seguindo e adotando os padrões de globalização, criando dentro de seu cotidiano uma nova realidade ligada

diretamente com os parâmetros de outros países, o que alguns autores chamam de fragmentação social ou descontinuidade da experiência social (CARVALHO, 2006).

O resultado que se presencia em cada cidade que adere a esse modelo capitalista de desenvolvimento urbano excludente é a estruturação crescente de uma mescla de realidades conflitantes e distintas, reveladoras da segregação sócio-espacial (ARAÚJO, 2005). Dentro de uma mesma cidade se erguem mundos sócio-espaciais distintos. Coexistem cidades modernizadas, cidades tradicionais, cidades operárias, cidades faveladas, cidades ilegais, onde não se apresenta uma totalidade. Mundos segregados dentro de um mesmo espaço.

No que se refere ao planejamento urbano brasileiro e a expansão das ocupações ilegais pode se afirmar que a exclusão urbanística é representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano e ignorada na representação da 'cidade oficial'. As soluções para esta consequência não cabem nas categorias do planejamento modernista e funcionalista, pois mostram semelhanças com as formas urbanas pré-modernas. Elas não cabem também no contexto do mercado imobiliário formal e legal, que corresponde ao urbanismo modernista (ARAÚJO, 2005).

O mundo entra em uma nova ordem de desenvolvimento com a globalização e padrões modernos de vida, porém, o acesso a essa "modernidade" no Brasil - principalmente em áreas mais afastadas ou pobres - se torna algo mais formal que real quando se encara uma maioria marginalizada, segregada socialmente no espaço, nas condições de emprego, de salário e de acesso real à cidadania (ALVES DA SILVA, 1987, p. 28).

A segregação se apresenta de várias formas: quando se trata da própria classe segregada, ou seja, da classe rica dominante, fala-se em auto-segregação; e se chama segregação imposta quando se refere a grupos sociais cujas opções são mínimas ou nulas de como e onde morar. Deve ser analisada sobre três aspectos, espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias); voluntário (estabelecendo espaços separados); e programado (sob o pretexto de arrumação e de plano). Em muitos planos urbanos o espaço destinado às classes mais baixas está localizado onde nada poderia ser, em uma área totalmente desinteressante do ponto de vista urbanístico ou estratégico e longe de qualquer serviço (FUCK JR., 2006).

Criação de unidades distantes da "cidade"

O descaso relativo às políticas habitacionais se torna visível quando se observa o fato de que historicamente as unidades habitacionais foram distribuídas desvinculadas de saneamento e desenvolvimento urbano (AZEVEDO, 1996, p. 84).

Loteamentos aprovados de forma dispersa, sem conexão com a malha urbana estabelecida, era uma prática comum, sem uma avaliação mais profunda dos danos sociais, econômicos e ambientais por estes causados (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 136).

Por toda parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado; nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior; é se condenar a ser pobre. O termo distância deve ser tomado em uma acepção sócio-econômica que caracteriza a situação geográfica das periferias; não é uma questão de distância física, mas de acessibilidade (SANTOS, 2004, p. 229).

A questão da habitação é pensada em termos numéricos e projeções de unidades isoladas a serem implantadas, contrariando sua razão social que vai além dos números e unidades, em uma inter-relação entre habitação e provimento das infra-estruturas necessárias para seu desenvolvimento, como água, esgoto, energia elétrica, sistema viário; e serviços urbanos como transporte e coleta de lixo (TAVARES, 2006).

Os conjuntos habitacionais implantados distantes da cidade colaboram ainda mais para reforçar o caráter periférico e segregador desta, onde, situados distantes dos centros urbanos, mercado de trabalho, comércio, transporte coletivo, equipamentos de saúde e educação, contribuem para aprofundar a questão da desigualdade social (MARQUES GOMES, 2006). Isto faz com que a infra-estrutura se torne custosa de implantar, mas com a expansão da malha urbana acaba por valorizar os terrenos vazios e imóveis localizados ao longo desta (FUCK JR., 2006).

Nesse sentido, a intervenção em favelas é parte dos esforços a serem empreendidos para tornar a cidade mais atraente através da aplicação das normas urbanísticas para a construção de um espaço urbano mais homogêneo. Dessa forma, essas intervenções estão associadas às novas estratégias de marketing urbano que caracterizam a gestão de concorrência urbana. Estas intervenções, na maioria dos casos se restringem a intervenções urbanísticas, portanto o que deveria contribuir para incorporação da favela ao espaço urbano formal, oferecendo a seus habitantes um meio ambiente de qualidade, volta-se para a preocupação de inserir a cidade nos fluxos de globalização (MARQUES GOMES, 2006).

O planejamento não é mais observado como uma intervenção física, mas seu enfoque foi direcionado para o aspecto social e econômico, pois a cidade se tornou “produto de contradições urbanas entre diversas forças sociais opostas quanto ao modo de ocupação ou de produção do espaço urbano” (LOJKINE, 1997, p. 2002).

Democratização dos acessos

A maneira como cada indivíduo se insere no processo de produção material geral da sociedade, expressa-se com a localização, tamanho, forma e tipo de moradia (FUCK JR., 2006).

A questão social, resultado do conflito capital-trabalho e política de habitação, torna-se um desafio para a universalização do direito à habitação (MARQUES GOMES, 2006).

A qualidade e democratização dos acessos aos serviços urbanos, levando à preservação da natureza e do meio ambiente, geram a qualidade de vida. Essa democratização torna possível o desenvolvimento humano de uma sociedade de forma conjunta, para melhor aprimoramento de seu potencial e usufruto da capacidade humana, com menor risco de privação e sofrimento (CARVALHO, 2006).

Diante de questões geradas eminentemente na esfera socioeconômica, as políticas públicas formuladas e assumidas têm um papel fundamental na distribuição dos benefícios urbanos gerados por obras públicas e na justiça social definida pela democratização dos acessos a todas as esferas da vida urbana, especialmente a uma moradia digna (GROSTEIN, 2005).

Os lugares urbanos podem ser considerados como definidores da eficácia das relações sociais. Profundas mudanças ocorreram nestes espaços nas últimas décadas, onde a habitação pode ser citada como o lugar mais íntimo dessas transformações. Todo o avanço tecnológico dos aparatos instalados no interior das habitações e impostos como necessários, transformaram radicalmente o modo de vida, como também a sociabilidade, anteriormente marcada por espaços e tempos essencialmente urbanos (CARVALHO, 2006).

O direito à cidadania se faz necessário quanto ao atendimento da população como merecedora de infra-estrutura, equipamentos públicos e habitações dignas.

Construir 'cidade' é tarefa social complexa, que requer investimentos públicos e privados, projetos e programas de intervenção e justiça na distribuição dos benefícios urbanos. Não basta abrir ruas e parcelar glebas em lotes, assim como para introduzir qualidade ambiental na cidade informal não basta regularizar loteamentos ou urbanizar as favelas (GROSTEIN, 2005).

Deve-se buscar uma nova maneira de integração entre a exclusão social e formas de sociabilidade.

Portanto a ótica de intervenção pública deve ser deslocada "de um loteamento ou favela, para a reconstrução de bairros precários; do proprietário do lote, para a comunidade beneficiada.

Enfim, atender aos interesses dos moradores e à necessidade dos bairros, condicionados pelos interesses difusos da população e da cidade” (GROSTEIN, 2005).

É preciso estabelecer medidas que atinjam a todos e incluam toda a população nos programas de desenvolvimento urbano real, buscando a produção, distribuição e reprodução dos múltiplos atributos qualitativos de um ambiente urbano para todos, além de evitar a criação de um “ambiente de negócios” por meio de uma resistência em oposição a desterritorialização dos capitais, o que permitirá que se faça uma efetiva justiça ambiental urbana (ACSELRAD, 2001, p. 24).

Preocupação ambiental

A industrialização, como principal fator gerador do moderno, e a evolução de seu processo resultaram em graves conseqüências ambientais, como erosões no solo, poluição de mananciais de abastecimento, afetando o conjunto urbano e em especial as camadas mais baixas causando uma profunda disfunção do conjunto metropolitano (GROSTEIN, 2005).

Motores do crescimento econômico, as cidades estão submetidas aos mais variados tipos de degradações e desastres ambientais (SARNEY F^o, 2005), causados por loteamentos ilegais, ocupações de áreas de proteção ambiental e altos índices de favelização.

O assentamento da população de baixa renda em loteamentos ilegais, criando a ‘cidade informal’, como solução à crise habitacional, gera na cidade outro problema, o sócio-ambiental, causando impactos significativos ao ambiente.

Os problemas resultaram de obras realizadas pelo poder público, no intuito de organizar o desenvolvimento das cidades; e de estratégias da própria população com menos recursos para poder se instalar na cidade. No caso das obras realizadas pelo poder público falta um planejamento integrado urbano-ambiental, que permite expansões desnecessárias na malha urbana de acordo com interesses imobiliários, dissocia essa expansão da oferta de transporte e possibilita a construção da rede viária de forma espontânea, ocupando fundos de vale e impermeabilizando áreas de várzea. As estratégias de ocupação por parte da população de baixa renda ocorrem pela exclusão desta do mercado imobiliário formal e pela falta de opções de moradia, necessitando de políticas sociais de inclusão urbana (GROSTEIN, 2005).

A crise ambiental se torna evidente a partir da década de 90, onde o conjunto metropolitano percebe os efeitos da crescente e acelerada urbanização, dentre os quais pode se destacar o esgotamento dos mananciais de abastecimento público de água.

Os problemas urbanos, causados pelo parcelamento, uso e ocupação do solo, resultantes do crescimento metropolitano, principalmente dos assentamentos da população de baixa renda, têm relevante importância nesse processo (GROSTEIN, 2005).

Antes mesmo de mudanças nos padrões habitacionais existentes, buscando uma melhoria dos materiais que causem danos menores ao ambiente, ou de um consumo mais otimizado de energia, deve ser verificada a condição de pobreza da população, em que os cidadãos apresentam condições inadequadas de habitação, acarretando graves problemas ambientais e sociais, em uma escala que atinge mananciais de abastecimento público, disseminando poluição às áreas a jusante (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 142).

Entre as áreas encontradas pela população de baixa renda para se instalarem estão as beiras dos córregos, encostas deslizantes, várzeas inundáveis e áreas de proteção dos mananciais, sendo esta última proibida por lei, mas verificada como a área onde mais cresce esse tipo de ocupação. Os rios, riachos, lagos, mangues e praias aparecem constantemente como receptores do esgoto doméstico (MARICATO, 2005). As favelas que ocupam os fundos de vale, pela falta de saneamento e coleta de lixo deficiente transformaram os leitos dos córregos em verdadeiros depósitos de resíduos, impedindo o escoamento da água, além da degradação de sua qualidade (SILVA, 2005).

Os processos que desencadeiam os problemas ambientais estão ligados intimamente tanto às questões de ordem política e econômica que desenham as cidades quanto às condições de vida urbana e aos aspectos culturais que estabelecem as relações sociais. Estes afetam tanto ao espaço físico quanto à saúde pública por desastres provocados pela erosão, enchentes, deslizamentos; destruição indiscriminada de florestas e áreas protegidas; contaminação do lençol freático ou das represas de abastecimento de água; epidemias e doenças provocadas por umidade e falta de ventilação nas moradias improvisadas, ou por esgoto e águas servidas que correm a céu aberto, entre outros (GROSTEIN, 2005).

Ao mesmo tempo em que são buscadas medidas para conter a ocupação de áreas de manancial pelas camadas mais baixas da população, estas mesmas áreas estão sendo disponibilizadas, devido à pressão do mercado imobiliário para uso residencial de alta renda, resultando em espaços nobres valorizados com a qualidade de vida disponibilizada pelas áreas verdes (ACSELRAD, 2001, p. 222).

A degradação do meio ambiente está fundada no aspecto da desigualdade social (ACSELRAD, 2001, p. 34), portanto, as soluções devem estar baseadas em decisões encontradas

não na esfera econômica, mas na esfera social, onde é necessário definir os limites ecológicos (ACSELRAD, 2001, p. 33).

Sustentabilidade

A crise de esgotamento dos critérios de desenvolvimento que estavam fundados no crescimento econômico, deixando em favor deste os aspectos sociais, culturais, políticos e éticos, fez com que surgisse um novo conceito, o de sustentabilidade (SEQUINEL, 2002, p. 15).

Desde a conferência Habitat I - realizada em Vancouver em 1976 - e a Habitat II - em Istambul, 1996 - ocorreram mudanças nas políticas de assentamentos urbanos quanto ao conceito de sustentabilidade, derrubando o mito no qual as moradias fornecidas em grande escala, através dos conjuntos habitacionais, poderiam suprir toda a crescente demanda. Foi identificado que para alcançar assentamentos adequados para todos é necessário colocar à disposição da população terra e financiamento suficientes e apropriados em termos de preço, tempo e lugar (GROSTEIN, 2005).

“A sustentabilidade, sob o aspecto da viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, das condições de construção política da base material das cidades, deve ser considerada incompatível com sistemas sociais excludentes” (ACSELRAD, 2001, p. 223).

A sustentabilidade do aglomerado urbano/metropolitano, em sua componente físico-urbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos (GROSTEIN, 2005).

A urbanização ocorrida nas cidades brasileiras imprimiu nestas componentes de “insustentabilidade” devido à expansão urbana acelerada e baixa qualidade de vida para uma enorme parcela da população, a de baixa renda (GROSTEIN, 2005).

A temporalidade das cidades se apresenta como uma preocupação eminente, já que se percebe ameaças à sua estabilidade, podendo perder com o decorrer do tempo a sua sustentabilidade. A incerteza quanto às condições e qualidade da estabilidade urbana traz à tona novas perspectivas de futuros idealizados e desejáveis (ACSELRAD, 2001, p. 21).

A falta de uma gestão adequada dos hábitos humanos, em relação ao uso dos espaços urbanos, ameaça esgotar a base ambiental-físico-natural (GOMES, 2002, p. 134). Torna-se

necessário descobrir a legibilidade escondida nessa desordem urbano-ambiental para possibilitar a intervenção consciente da sociedade no meio, revertendo, desta forma, a estratégia de dominação estabelecida nos espaços urbanos ao longo dos anos (GOMES, 2002, p. 135).

É papel das políticas públicas fazer uma gestão adequada do parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como adequar as práticas urbanísticas com o intuito de prover as cidades com um desenvolvimento sustentado.

Um dos maiores desafios é superar os problemas que aumentam a pobreza e degradação do meio ambiente, ameaçando o presente e futuro das novas gerações (SEQUINEL, 2002, p. 01).

Pode-se definir, dessa forma, desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (SEQUINEL, 2002, p. 18).

A problemática da sustentabilidade nos assentamentos humanos e cidades, a nível global e em um mundo em processo de urbanização acelerada e explosiva, deve ser analisada sob a ótica de que o desenvolvimento sustentável desses assentamentos não pode, de maneira alguma, prescindir de considerar a satisfação das necessidades dos seres humanos que neles habitam, e as condições para se alcançar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ao meio ambiente (SEQUINEL, 2002, p. 27).

Consciência Social

A questão ambiental adquire, na última década, dimensão ditando responsabilidades para a regularização de loteamentos e urbanização de favelas diante das conseqüências sócio-ambientais que estas promovem. Incorporar a cidade formal e requalificar os espaços degradados passam a ser interesses de toda a sociedade pela necessidade de preservar os recursos naturais urbanos, como a qualidade da água de mananciais de abastecimento e áreas de proteção ambiental. A reconstrução de áreas periféricas e a inclusão social de sua população, bem como o acesso a financiamentos habitacionais que as atendam, responde ao conflito entre a defesa dos interesses da sociedade e o acesso da população de baixa renda à sua moradia (GROSTEIN, 2005).

A transformação ocorre na consciência social de que muitos dos problemas existentes hoje poderiam ser evitados e que a solução destes é de suma importância, visto que diante da escassez de espaços urbanos adequados e acessíveis às camadas mais baixas da sociedade, resultando no contínuo crescimento das áreas periféricas, com habitações precárias, a equação dos problemas ambientais se torna mais difícil, ou impossível, sem uma política habitacional adequada (GROSTEIN, 2005).

“A mudança de paradigma requer uma expansão não apenas de percepção e maneiras de pensar, mas também de valores” (SEQUINEL, 2002, p. 14).

Considerações finais

O déficit habitacional, bem como o de áreas acessíveis para a população de baixa renda, representa atualmente um problema de escala muito maior do que a do ordenamento urbano, apresentando graves conseqüências ambientais que comprometem a sustentabilidade da cidade.

Diante da concepção de cidade como um todo e não de partes isoladas, os aspectos devem ser tratados de maneira multidisciplinar. O advento do fenômeno industrial e o conseqüente crescimento urbano não podem ser analisados como problemas isolados sob o ponto de vista demográfico ou ambiental. A migração interna ocasionou um crescimento populacional urbano acelerado e este resultou em problemas ambientais enraizados em um desenvolvimento baseado fundamentalmente no capital e no anseio de modernização.

Estes problemas não são novidades, mas o que muda no cenário urbano é a consciência de que muitos deles poderiam ser evitados e de que surge uma necessidade emergencial de soluções que venham atacar na causa e não na conseqüência destes.

As aglomerações urbanas trazem a tona uma série de relações sociais e políticas, sendo estas o elemento chave da problemática espacial atual. Este quadro se torna mais grave frente à tendência da população mundial em se concentrar em áreas urbanas, devido à proximidade dos grandes centros, o que permite maior participação dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

As questões sociais revelam atualmente precárias condições de vida de grande parte da população. A gestão urbana, como poderosa ferramenta na organização do espaço, deve considerar estas questões, além das preocupações julgadas essenciais, como as econômicas e políticas. As decisões aplicadas no espaço urbano com o intuito de organizá-lo extrapola os limites técnicos, apontando cada vez mais para uma necessidade de interação social. O planejamento deve, além de estipular metas e objetivos técnicos, estabelecer as formas de intervenção dos diferentes atores sociais nesse processo, trazendo para o primeiro plano as necessidades sociais que possam substituir os modelos de consumo excessivo empregados até o momento.

A segregação espacial da cidade toma nova proporção face às exigências de controle de ocupações irregulares para uma melhoria da qualidade do meio ambiente que se encontra fragilizado, comprometendo a aspiração de um desenvolvimento sustentável.

Além do aspecto ambiental, a inclusão social se torna uma necessidade emergente diante do conceito de globalização. Em um espaço urbano segregado, onde os interesses públicos sempre estiveram subordinados aos interesses privados, como no caso das políticas habitacionais e de ordenamento espacial, surge um potencial desafiador à dinâmica capitalista moderna que pode resgatar os interesses coletivos: a participação popular. A favela somente surge como resposta da população das camadas de baixa renda em busca do direito ao uso do solo urbano, ou seja, do direito à cidade.

Em Curitiba, uma cidade estruturada nas leis do mercado, assim como o processo urbano cresce aceleradamente, desponta também neste cenário a pobreza.

Em contrapartida, os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade vêm como uma forma de atuar na causa destes problemas quando traz o ideal de função social da propriedade, tentando um maior equilíbrio no espaço urbano entre a classe mais abastada financeiramente – que dispõe de espaços inutilizados – e a classe de baixa renda – que se torna vítima desse processo excludente devido à escassez de terra urbana acessível a esta. O equilíbrio espacial, visando uma melhor condição de acesso à cidade para a população de baixa renda propicia também uma melhoria das condições econômicas e sociais desta, que poderá então atuar em primeiro plano e não somente como figurante em uma cidade de poucos atores principais.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ALVES DA SILVA, Iranise. *A Crise da Moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande - PB*. Rio de Janeiro: AGIR, 1987.
- ARAÚJO, Luciana Medeiros de. *Produção do espaço intra-urbano e ocupações irregulares no conjunto de Mangabeira*. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em: 11 dez. 2005.
- AZEVEDO, Sergio. *A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CARVALHO, Edemir de. *Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2006.
- CHOAY, Françoise. *A Regra e o Modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- _____. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FUCK JR., Sérgio Cesar de França. *As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2006.
- GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. *Dilemas nas (re)estruturas das metrópoles*. Terra Livre, São Paulo, Ano 18, vol. I, n. 18, p. 133 – 142, jan./jun. 2002.
- GROSTEIN, Marta Dora. *Metrópole e expansão urbana*. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 15 dez. 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *IPPUC 20 anos planejamento Curitiba com você*. Curitiba: IPPUC, 1985.
- _____. *Memória da Curitiba urbana: planejamento urbano: concepção & prática*. Curitiba: IPPUC, 1991.
- _____. Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. *Plano preliminar de urbanismo de Curitiba: junho de 1965*. Curitiba: IPPUC, 1965.
- KANASHIRO, Marta. *Prós e contras da revitalização de centros urbanos*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 20 dez. 2005.
- KORNIN, Thais. *Curitiba de verdade: a lei de zoneamento e uso do solo de Curitiba em debate*. Curitiba: Fundação Pedroso Horta do Paraná, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- LIMA, Cristina de Araújo; MENDONÇA, Francisco. *Planejamento Urbano-Regional e Crise Ambiental*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 135-143, jan./mar.2001.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUCATO, Mariana. *Desigualdades e segregação na metrópole*. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau>>. Acesso em: 08 jan. 2006.
- MARICATO, Erminia. *A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *Dimensões da tragédia urbana*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 19 dez. 2005.
- MARQUES GOMES, Maria de Fátima Cabral. *Habitação e questão social*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. Acesso em 10 jan. 2006.
- NOVICK, Alicia. *Espaços públicos e projetos urbanos. Oposições, hegemonias e questões*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

- OBA, Leonardo Tossiaki; GASPERINI, Gian Carlo. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. Curitiba, 1998. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ROVIRA, Nuria Benach; SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda Ester. *Políticas urbanas y producción de imágenes de la ciudad contemporánea*. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec>>. Acesso em: 14 dez. 2005.
- SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda Ester. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1987,1995.
- SARNEY Fº, José. *Instrumentos políticos e riscos ambientais urbanos*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 03 dez. 2005.
- SAUL, Renato. *As raízes renegadas da teoria do capital humano*. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 12, p. 230-273, jul/dez 2004.
- SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. *O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- SILVA, Gilberto da. *A urbanização e as enchentes*. Disponível em: <<http://www.partes.com.br>>. Acesso em: 17 dez. 2005.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- TAVARES, Luiz Cláudio Assis. *A questão da habitação social: desafios e perspectivas*. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/doutrina>>. Acesso em: 05 jan. 2006.
- TONELLA, Celene. *A procura do lugar. A luta pelo espaço urbano no Paraná*. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas>>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- VOGT, Carlos. *As cidades e os muros*. Disponível em: <<http://www.-comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 19 dez. 2005.